

# Congresso é “bico” para 10% dos jornalistas de Brasília

Pelo menos 155 jornalistas trabalham em Brasília para o Congresso Nacional, quase sempre acumulando seus bicos no Legislativo com empregos regulares na imprensa. Esse número — que corresponde a cerca de 10% da categoria na cidade, pode subir em várias dezenas, se a ele se acrescentar o de “técnicos de comunicação” lotados nos gabinetes de parlamentares ou nas comissões técnicas — alcança cerca de dez por cento de toda a categoria na cidade. E significa que, sob a Câmara e o Senado, reúne-se atualmente a maior equipe de repórteres e redatores da Capital.

É por isso que, esta semana, o deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG) — em represália ao que considerou uma campanha de desmoralização do Congresso — encaminhou às mesas da Câmara e do Senado um pedido protocolar de informação sobre quem são, o que fazem e quanto ganham os jornalistas-funcionários da Casa.

## Vespeiro

Pela praxe que rege as relações entre a imprensa e o Congresso em Brasília, esse requerimento talvez não venha jamais a ser atendido. Essa é, pelo menos, a experiência do deputado José Eudes (PSB-RJ) que, dois anos atrás, intrigado com uma história de que chegaria a 600 o total de jornalistas empoleirados no Legislativo, fez uma solicitação semelhante à de Mendonça de Moraes. Nunca foi respondido.

Eudes lembra que, enquanto aguardava a lista, teve a sensação de que enfiara as mãos “num vespeiro”. Foi assediado por apelos vindos de todos os lados — parlamentares e repórteres — até que, um dia, ele conta:

— O Francisco Studart (deputado do PFL fluminense) entrou no meu gabinete chorando. E pediu “pelo amor de Deus” que eu retirassem o requerimento.

Desde então, Eudes ficou convencido de que falar em listas desse tipo é apenas uma tática de intimidação no Congresso. O segredo interessa a ambas as partes e assim mantém o vínculo entre elas. Nada resultou, por exemplo, das ameaças feitas no mês passado, quando deputados como Amaral Netto e Walber Guimarães ameaçaram divulgar um dossier sobre esses contratos. O rol de nomes é guardado pelas Mesas da Câmara e do Senado, ou conhecido apenas por funcionários administrativos como o secretário-geral da Câmara, Paulo Affonso de Oliveira.

Mas, apesar dessas dificuldades, o requerimento — se não for destinado a efeitos exclusivamente intimidatórios — não é difícil de ser atendido. O JORNAL DO BRASIL, com a ajuda de um parlamentar, sob a garantia de sigilo de sua identidade, obteve em menos de uma semana as listas de jornalistas das assessorias de Divulgação e Relações Públicas da Câmara e do Senado.

## Exagero

Elas são parciais — porque não incluem outras formas de emprego, como as vagas abertas diretamente pelos gabinetes de deputados e senadores. Fornecem, em todo o caso, uma primeira pista para se avaliar a extensão do problema. Na Câmara, são 41 jornalistas, só na Assessoria de Divulgação e Relações Públicas e no Centro de Documentação.

No Senado, são 31 — que somados aos 83 contratados pela Gráfica

do Senado no semestre passado, num escândalo que ficou conhecido como o Trem da Alegria do então Presidente da Casa, Senador Moacyr Dalla, atingem a conta de 114 funcionários. Ou seja, quase o dobro do número de senadores.

Cada senador dispõe, portanto, de dois jornalistas para contar o que ele faz. O que seria um exagero de cobertura se todos os jornalistas do Senado resolvessem trabalhar no mesmo dia. O que, se não ocorre, é porque os horários, os regimes e até as posturas no emprego variam conforme a atitude pessoal de cada um. Há jornalistas que trabalham e outros que apenas recebem. Existem os que, mesmo presos à folha de pagamentos da Casa, mantêm com ela uma relação de alívio — como Rubem de Azevedo Lima, da Folha de São Paulo, que entrou no Senado por concurso em 1958, disputando quatro vagas com 800 candidatos.

Isso lhe lhe dá, segundo os próprios colegas, o direito a demonstrações públicas de independência. No ano passado, durante a campanha presidencial, o deputado Paulo Maluf criticou a imprensa, que sentava à sua mesa, mas não comungava a sua candidatura. Azevedo Lima, no dia seguinte à essa entrevista, depositou na conta de Maluf a quantia correspondente à sua parte no último almoço a que fora convidado por ele.

Em compensação, na mesma campanha, o presidente da Câmara, Flávio Marcílio, retrucava perguntas mais atrevidas de repórteres com a estocada:

— Você precisa aparecer mais na Adirp — o que, traduzido do dialeto da promiscuidade parlamentar para uma linguagem mais corrente, significa que Marcílio sabia muito bem quando um jornalista estava recebendo pela Assessoria sem comparecer.

## Boletim

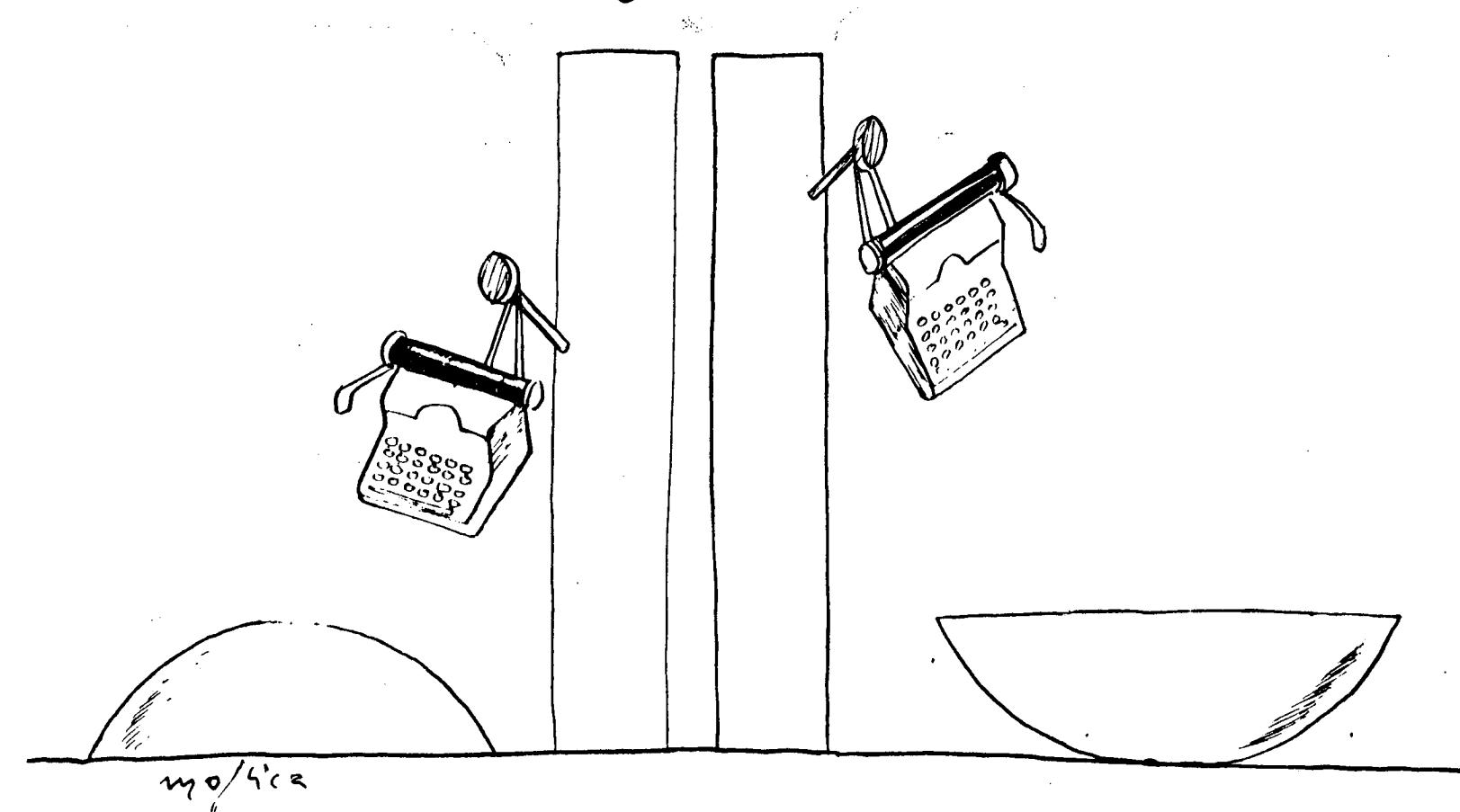
A Adirp da Câmara, com seus 41 jornalistas, é encarregada de produzir diariamente o noticiário sobre o Legislativo para a Voz do Brasil, um boletim diário chamado Câmara Informa, que tem 20 páginas em formato papel ofício e tiragem de 1.800 exemplares e outro boletim para circulação externa — semanal e com 3.800 exemplares.

Para cumprir essa rotina, nenhum dos jornalistas tem horário determinado de expediente, podendo dividir as tarefas — cobrir as sessões no plenário e nas 22 comissões — por revezamento, em sistema de turnos.

O regime flexível não impede, porém, que a remuneração siga um código rígido de acumulação de vantagens — equivalente ao que engorda os vencimentos de todos os funcionários do Legislativo. Assim, um “técnico em comunicação” do Senado, com salário básico de 2 milhões de cruzeiros por mês, ganha hoje em média 12 milhões. A diferença chega no dia do pagamento através de uma série de rubricas — como “gratificação especial de desempenho” (mais seis milhões de cruzeiros), “gratificação de Legislativo” (80% do salário base) e os adicionais por “horas extras”.

## Anfíbios

Evidentemente, as horas extras, a exemplo dos jetons dos parlamentares, são distribuídas regularmente, sem qualquer verificação de comparecimento. Em outras palavras, há uma forma de jeton também para os funcionários do Congresso, inclusive os jornalistas.



Não é só no regime de remuneração que a imprensa credenciada no Congresso se confunde com os parlamentares. Ao jornalista Flamaron Mosri, que acumula funções no jornal O Estado de S. Paulo com o emprego na Casa, atribui-se a indicação do Deputado José Carlos Fonseca (PMDB-ES) para um lugar na Mesa. O Senador Itamar Franco (PMDB-MG) tem como conselheiro habitual João Emílio Falcão (do Correio Braziliense e do Senado Federal). E alguns se tornam definitivamente anfíbios — como o suplente de Deputado Tomás Coelho. É jornalista credenciado na Câmara, ocupa um apartamento funcional de deputado e recebe como funcionário administrativo.

Há ainda os que emigram de um Poder para outro, levando no caminho a cauda de nomeações. Os cinco jornalistas que integram a nova equipe da Assessoria de Imprensa do Palácio do Planalto, a começar pelo próprio secretário Fernando César Mesquita, foram requisitados do Congresso. São eles Antônio Frejat, Frota Neto, Artur Gondin, Laura Fonseca e Inaê Amado.

O ex-jornalista Paulo Godoy tem uma empresa de lobby parlamentar registrada em seu nome e, simultaneamente, exerce uma das assessorias da Câmara. Alfredo Obliziner, que é pauteiro do Correio Braziliense e Chefe da Adirp da Câmara (depois de passar pelo Governo do Distrito Federal e pelo Incra) explica:

— Posso conciliar as duas coisas muito bem, porque faço uma coisa de manhã e outra de tarde.

## Favores

Se essa conciliação é possível, cria-se no jornalismo o moto contínuo — uma situação praticamente ideal em que seria razoável admitir que um profissional pode receber salário de uma empresa para frequentar o Congresso e um segundo salário do Congresso para ser jornalista.

Tais arranjos não se restringem nem a Brasília nem ao Congresso — pois o Sindicato dos Jornalistas da Capital estima que 45% de seus associados tenham algum tipo de vínculo empregatício com o Governo.

O que é peculiar à Câmara e ao Senado, no entanto, é a quantidade de favores que distribuem e os recur-

sos para estendê-los mesmo a quem não pertença a seu quadro funcional. Basta conseguir uma credencial em qualquer uma das duas Casas do Legislativo — o que exige a aprovação pelos jornalistas dos comitês de imprensa — para entrar no gozo de regalias que nada têm a ver com o franqueamento da informação.

Os jornalistas credenciados no Legislativo têm direito, por exemplo, a assistência médica gratuita no país todo, extensível à mulher e aos filhos menores de 21 anos. O Senado cobre também o tratamento dentário. Com o tempo, o repórter entra na fila para levantar financiamentos para compra de casa própria e já houve época em que o presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcílio, oferecia a repórteres apartamentos funcionais.

Até pouco tempo atrás, circulava por Brasília um ônibus escolar, mantido pela Câmara, para levar e trazer os filhos dos credenciados — um serviço que cobria todas as escolas da Capital. E há as disputadas viagens ao exterior, com passagens de primeira classe, tudo pago mais diária de 200 dólares. Para embarcar nelas, a senha é a ordem de credenciamento no comitê de imprensa.

Todas essas vantagens indiscutivelmente diluem e amolecem as certas que deveriam separar o jornalismo do poder público. E podem entupir os canais de informação no noticiário político.

A propósito, conta o comentarista político Carlos Castello Branco, 46 anos de profissão, que certa vez ele foi procurado por um colega que, embora cumulado de favores, ressentia-se da qualidade de suas fontes, com a pergunta:

— Por que os políticos dão tantas notícias para você? E Castello respondeu:

— Esses políticos são homens bons. Eles dão tudo o que a gente pede. E só peço notícias.

E há um ministro do atual Governo que ensina: “Existem três tipos de jornalistas — os que querem informação, os que querem emprego e os que querem dinheiro. Para se dar bem com a imprensa, é fundamental não confundir. Dar emprego a um jornalista que quer informação é um perigo, pois pode ofendê-lo. Dar informação a um jornalista que espera ganhar dinheiro pode ser um desperdício.”